Boletim Oficial do Município
Ferraz de Vasconcelos
Sexta – Feira, 16 de Outubro de 2026
PODER EXECUTIVO | PODER LEGISLATIVO
Edição Digital: 1.363 ano 9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 7.357, de 8 de outubro de 2026.

"Divulga o calendário de feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente nas repartições públicas municipais no ano de 2027, e dá outras providências."

PRISCILA CONCEIÇÃO GAMBALE VIEIRA MATOS, Prefeita da Cidade de Ferraz de Vasconcelos, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e à vista do contido no processo protocolado nº 17.799/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º São feriados civis no Município de Ferraz de Vasconcelos, no exercício de 2027, conforme Tabela I do Anexo Único:

I - 1º de janeiro (sexta-feira) - Confraternização Universal - Lei Federal nº 10.607/2002;

II – 26 de março (sexta-feira) - Sexta-feira da Paixão - Lei Municipal nº 3.184/2013;

III - 21 de abril (quarta-feira) – Tiradentes - Lei Federal nº 10.607/2002;

IV - 1º de maio (sábado) - Dia do Trabalho - Lei Federal nº 10.607/2002;

V - 27 de maio (quinta-feira) - Corpus Christi - Lei Municipal nº 3.184/2013;

VI - 9 de julho (sexta-feira) - Data Magna do Estado de São Paulo (Revolução Constitucionalista de 1932) - Lei Estadual nº 9.497/1997;

VII – 07 de setembro (terça-feira) – Independência do Brasil – Lei Federal nº 10.607/2002;

VIII – 12 de outubro (terça-feira) – Consagração de Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Brasil – Lei Federal nº 6.802/1980;

IX - 14 de outubro (quinta-feira) - Aniversário de Ferraz de Vasconcelos - Lei Municipal nº 3.184/2013;

X – 02 de novembro (terça-feira) – Finados – Lei Federal nº 10.607/2002;

Decreto nº 7.357/2026 - fls. 2

XI – 15 de novembro (segunda-feira) – Proclamação da República – Lei Federal nº 10.607/2002;

XII - 20 de novembro (sábado) – Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra - Lei Federal nº 14.759/2023;

XIII - 25 de dezembro (sábado) – Natal - Lei Federal nº 10.607/2002.

Art. 2º Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos seguintes dias, conforme Tabela II do Anexo Único:

I - 8 e 9 de fevereiro (segunda e terça-feira) – Carnaval;

II - 10 de fevereiro (quarta-feira) – Quarta-feira de Cinzas;

III - 15 de outubro (sexta-feira) – Dia do Professor (observado o disposto no § 2º deste artigo);

IV – 1º de novembro (segunda-feira) – Em substituição à Comemoração do Dia do Servidor Público (28/10/2027);

V - 24 de dezembro (sexta-feira) - Véspera de Natal;

VI - 31 de dezembro (sexta-feira) - Véspera de Ano Novo.

§ 1º Nos dias a que se refere o "caput" deste artigo poderá ser instituído plantão, nos casos julgados necessários, a critério dos titulares dos órgãos da Administração Municipal.

§ 2º O disposto no inciso III do *caput* deste artigo aplica-se exclusivamente aos integrantes do Quadro de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Fica suspenso o expediente nos dias citados neste artigo que antecedem ou são subsequentes aos feriados dispostos no art. 1º do presente decreto, conforme Tabela III do Anexo Único, a saber:

I – 28 de maio (sexta-feira) - subsequente ao feriado de Corpus Christi;

II – 6 de setembro (segunda-feira) – antecedente ao feriado da Independência do Brasil;

III - 11 de outubro (segunda-feira) – antecedente ao feriado da Consagração de Nossa Senhora Aparecida;

Parágrafo único. Nos dias a que se refere o "caput" deste artigo poderá ser instituído plantão, nos casos julgados necessários, a critério dos titulares dos órgãos da Administração Municipal.

Art. 4º Para os dias úteis das duas semanas comemorativas das festas de Natal e fim de ano, os órgãos da Administração Municipal organizarão o recesso, mediante a formação de duas turmas de trabalho que se revezarão nas respectivas semanas, devendo o expediente para atendimento ao público obedecer ao horário normal de funcionamento de cada unidade.

§ 1º Para os fins do "caput" deste artigo, consideram-se:

I - Semana comemorativa de Natal: dias 20 a 23 de dezembro de 2027;

II - Semana comemorativa de fim de ano: dias 27 a 30 de dezembro de 2027.

§ 2º O servidor ou empregado público que estiver em gozo de férias em uma das duas semanas referidas no "caput" deste artigo, ainda que parcialmente, não poderá participar do recesso.

§ 3º O servidor ou empregado público que integrar as turmas de recesso deverá, obrigatoriamente, prestar serviços nos dias úteis de uma das semanas referidas no § 1º deste artigo, não podendo usufruir, neste período, do benefício da falta abonada disposta no inciso V do art. 148 da Lei Complementar nº 167/2005.

§ 4º Excetuam-se do disposto neste artigo as unidades vinculadas aos órgãos, cujas atividades não possam ser desenvolvidas com redução de servidores e empregados públicos.

Art. 5º Fica permitida a participação dos Secretários Municipais no recesso de fim de ano, nos termos previstos no art. 4º deste Decreto.

Art. 6º Fica estabelecido que, durante o período da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, compreendido entre 24 de junho e 25 de julho de 2027, poderão ser adotadas medidas de flexibilização de expediente para os servidores públicos municipais, no intuito de conciliar a realização das atividades laborais com a participação na programação dos jogos.

Parágrafo único. O expediente poderá ser alterado em datas específicas, a serem determinadas conforme o cronograma da FIFA e a classificação da Seleção Brasileira, em caso de jogos decisivos ou de grande relevância, observada a conveniência administrativa.

Decreto nº 7.357/2026 - fls. 4

Art. 7º Excetuam-se do disposto no presente Decreto as unidades cujos serviços públicos não possam sofrer solução de continuidade, como cemitérios, escalas de plantões, serviços de ambulâncias, transporte sanitário e limpeza urbana.

Art. 8º Caberá ao Departamento de Recursos Humanos e às autoridades competentes de cada órgão da Administração Municipal adotar as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ferraz de Vasconcelos, 8 de outubro de 2026.

PRISCILA CONCEIÇÃO GAMBALE VIEIRA MATOS
PREFEITA

Registrado na Divisão de Atos Oficiais da Secretaria Municipal de Administração e publicado no Quadro de Avisos do Paço Municipal e no B.O.M. – Boletim Oficial do Município.

KLEBER RODRIGO DOS SANTOS ARRUDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO
TABELA I
FERIADOS

FERIADO	DIA DA SEMANA
1º de janeiro Confraternização Universal Lei Federal nº 10.607/2002	Sexta-feira
26 de março Sexta-feira da Paixão (data móvel) Lei Municipal nº 3.184/2013	Sexta-feira
21 de abril Tiradentes Lei Federal nº 10.607/2002	Quarta-feira
1º de maio Dia do Trabalho Lei Federal nº 10.607/2002 **27 de maio** Corpus Christi (data móvel) Lei Municipal nº 3.184/2013	Sábado Quinta-feira
9 de julho Data Magna do Estado de São Paulo (Revolução Constitucionalista de 1932) Lei Estadual nº 9.497/1997	Sexta-feira
7 de setembro Independência do Brasil Lei Federal nº 10.607/2002	Terça-feira
12 de outubro Consagração Nossa Senhora Aparecida Lei Federal nº 6.802/1980 **14 de outubro** Aniversário da Cidade Lei Municipal nº 3.184/2013	Terça-feira Quinta-feira
02 de novembro Finados Lei Federal nº 10.607/2002 **15 de novembro** Proclamação da República Lei Federal nº 10.607/2002 **20 de novembro** Consciência Negra Lei Federal nº 14.759/2023	Terça-feira Segunda-feira Sábado
25 de dezembro Natal Lei Federal nº 10.607/2002	Sábado

Decreto nº 7.357/2026 - fls. 6

TABELA II
PONTOS FACULTATIVOS

PONTO FACULTATIVO	DIA DA SEMANA
8 e 9 de fevereiro Carnaval **10 de fevereiro** Quarta-feira de Cinzas	Segunda e terça-feira Quarta-feira
15 de outubro Dia do Professor (somente aos integrantes do Quadro de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação) **1º de novembro** Em substituição à Comemoração do Dia do Servidor Público (28/10/2027)	Sexta-feira Segunda-feira
24 de dezembro Véspera de Natal **31 de dezembro** Véspera de Ano Novo	Sexta-feira Sexta-feira

TABELA III
SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE

SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE	DIA DA SEMANA
28 de maio Subsequente ao feriado de Corpus Christi	Sexta-feira
6 de setembro Antecedente ao feriado da Independência do Brasil	Segunda-feira
11 de outubro Antecedente ao feriado da Consagração de Nossa Senhora Aparecida	Segunda-feira

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIAS:

PORTARIA N° 50.270, de 29 de setembro de 2026.
"Concede dispensa do serviço em razão de doação de sangue."
William Ramos Sarmento – 21/09/2026 (1 dia)

PORTARIA N° 50.271, de 29 de setembro de 2026.
"Concede dispensa do serviço em razão de doação de sangue."
Fabio dos Santos – 21/09/2026 (1 dia)

PORTARIA N° 50.284, de 5 de outubro de 2026.
"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família."
Adriane Luzia Martucci Liberatti – 09/09/2026 (1 dia)

PORTARIA N° 50.285, de 5 de outubro de 2026.
"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família."
Ilma Silva Bastos – 14/09/2026 (1 dia)

PORTARIA N° 50.286, de 5 de outubro de 2026.
"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família."
Ana Lucia da Silva Santos Silva – 08/09/2026 e 09/09/2026 (2 dias)

PORTARIA N° 50.287, de 5 de outubro de 2026.
"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família."
Doroti Maria dos Anjos – 15/09/2026 a 17/09/2026 (3 dias)

PORTARIA N° 50.288, de 5 de outubro de 2026.
"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família."
Silvana Chagas Silva – 02/09/2026 a 04/09/2026 (3 dias)

PORTARIA N° 50.289, de 5 de outubro de 2026.
"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família."
Roberta Rodrigues de Oliveira – 15/09/2026 a 19/09/2026 (5 dias)

PORTARIA N° 50.290, de 5 de outubro de 2026.
"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família."
Bruna Felicio Buritti – 24/08/2026 a 28/08/2026 (5 dias)

PORTARIA N° 50.292, de 6 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Neuza Pires dos Santos Silva – Período: 19/10/2026 a 02/11/2026 (15 dias)

PORTARIA N° 50.293, de 6 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Alessandra Miranda Pereira Dias – Período: 15/10/2026 a 29/10/2026 (15 dias)

PORTARIA N° 50.294, de 6 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Flavia Spreafico Franco – Período: 15/10/2026 a 13/11/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.295, de 6 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Claudia Rocha de Oliveira Ferreira – Período: 19/10/2026 a 02/12/2026 (45 dias)

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 50.296, de 6 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Nelia Brauwers Bessa – Período: 19/10/2026 a 17/11/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.297, de 7 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração a pedido, de servidor efetivo."
Diana Evaristo Antunes – 05/10/2026

PORTARIA N° 50.298, de 7 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração a pedido, de servidor efetivo."
Wesley Ferreira da Silva – 02/10/2026

PORTARIA N° 50.299, de 7 de outubro de 2026.
"Confere prêmio a servidor-modelo e concede licença em gozo, que especifica."
Vinicius Silva Santos – Período: 19/10/2026 a 17/11/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.301, de 7 de outubro de 2026.
"Concede conversão de licença-prêmio em pecúnia."
Dener Dias Ferreira – Período: 01/10/2018 a 30/04/2025

PORTARIA N° 50.302, de 7 de outubro de 2026.
"Concede conversão de licença-prêmio em pecúnia."
Maria Eliene de Araujo Vieira – Período: 17/08/2018 a 16/02/2025

PORTARIA N° 50.303, de 7 de outubro de 2026.
"Concede conversão de licença-prêmio em pecúnia."
Rosa Elisa Anacleto Marchesi – Período: 03/12/2017 a 02/12/2022

PORTARIA N° 50.304, de 7 de outubro de 2026.
"Concede conversão de licença-prêmio em pecúnia."
Maria Socorro Alves de Andrade – Período: 06/06/2018 a 05/01/2025

PORTARIA N° 50.305, de 7 de outubro de 2026.
"Concede conversão de licença-prêmio em pecúnia."
Telma Barrozo de Araujo – Período: 03/02/2019 a 02/09/2025

PORTARIA N° 50.306, de 7 de outubro de 2026.
"Concede conversão de licença-prêmio em pecúnia, à servidores que especifica."
Secretaria Municipal de Educação

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	QTD. DE DIAS
TATHIANA FIQUENE RODRIGUES DE SOUZA RIBEIRO	PROFESSOR I ENS. FUNDAMENTAL	09/02/2019 A 08/09/2025	45 DIAS
SHIRLEY BRAGA MARCO	PROFESSOR I	10/02/2014 A 09/02/2019	90 DIAS
ALESSANDRA VERTULLO DE OLIVEIRA VICENZI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10/02/2019 A 09/09/2025	90 DIAS
CLAUDIA MELONE DOS SANTOS	PROFESSOR I ENS. FUNDAMENTAL	09/02/2019 A 08/09/2025	90 DIAS
NIRALDA ALVES DE ARAUJO	PROFESSOR I ENS. FUNDAMENTAL	24/02/2019 A 23/09/2025	90 DIAS

Prefeitura Municipal de Terraz de Vasconcelos
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 50.307, de 9 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Sindicância, instaurada através da Portaria n° 49.128, de 7 de abril de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

PORTARIA N° 50.308, de 9 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Sindicância, instaurada através da Portaria n° 49.850, de 23 de julho de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

PORTARIA N° 50.309, de 9 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Sindicância, instaurada através da Portaria n° 49.851, de 23 de julho de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

PORTARIA N° 50.310, de 9 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Sindicância, instaurada através da Portaria n° 49.852, de 23 de julho de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

PORTARIA N° 50.311, de 9 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Sindicância, instaurada através da Portaria n° 49.853, de 23 de julho de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

PORTARIA N° 50.312, de 9 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Sindicância, instaurada através da Portaria n° 49.727, de 3 de julho de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

PORTARIA N° 50.313, de 9 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da Portaria n° 49.849, de 23 de julho de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

PORTARIA N° 50.314, de 9 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre retificação do período de licença-prêmio em gozo, constante no Art. 1° da Portaria n° 50.202, de 23 de setembro de 2026."
Katiane Bezerra Silva de Lima – 18/09/2026 a 16/11/2026

PORTARIA N° 50.315, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Nagia Elisa Rodrigues Garcia – Período: 16/09/2026 a 29/11/2026 (75 dias)

PORTARIA N° 50.316, de 9 de outubro de 2026.
"Autorização para conduzir veículo oficial."
Fabiano Augusto Batistela – Vigência até: 31/12/2026

PORTARIA N° 50.317, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Everaldo Alves Batista – Período: 01/10/2026 a 30/10/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.318, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Mauro Sergio de Mattos – Período: 01/10/2026 a 30/11/2026 (60 dias)

Secretaria de ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 50.319, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Celia de Almeida Pereira – Período: 19/10/2026 a 02/11/2026 (15 dias)

PORTARIA N° 50.320, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Marcia Eduardo Gonçalves – Período: 19/10/2026 a 02/11/2026 (15 dias)

PORTARIA N° 50.321, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Enedina Paes de Moura – Período: 19/10/2026 a 17/11/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.322, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Elida Marques da Silva Santos – Período: 03/11/2026 a 02/12/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.323, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Maria Quiteria Matos Ramos – Período: 03/11/2026 a 02/12/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.324, de 9 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Monica Maria dos Santos Oliveira – Período: 05/10/2026 a 18/11/2026 (45 dias)

PORTARIA N° 50.325, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração de servidor."
Salvador Antonio Bugiga – 15/10/2026

PORTARIA N° 50.326, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração de servidor."
Adrielli Aparecida Falcão Sanches – 15/10/2026

PORTARIA N° 50.327, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração de servidor."
Rafael Vieira de Lima – 15/10/2026

PORTARIA N° 50.328, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração de servidor."
Andreia Pereira Dias – 15/10/2026

PORTARIA N° 50.329, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão."
Bruno Vinicius Lourenço Bugiga – Coordenador Executivo – 16/10/2026

PORTARIA N° 50.330, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão."
Israel Aparecido Lopes Sanches – Coordenador Executivo de Relações Institucionais e Governamentais – 16/10/2026

PORTARIA N° 50.331, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão."
Fabio Victor Gomes de Oliveira – Gerente da Divisão de Publicidade e Divulgação Institucional – 16/10/2026

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 50.332, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão."
Jaqueline Melo Oliveira – Diretora do Departamento de Relações Comunitárias – 16/10/2026

PORTARIA N° 50.333, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão."
Paulo Sergio de Almeida Muchiutti – Assessor de Gestão – 16/10/2026

PORTARIA N° 50.334, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão."
Adriano Andrade de Castro – Assessor Especial – 16/10/2026

PORTARIA N° 50.335, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre nomeação para cargo em comissão."
Genesis Henrique Tenorio Libano – Assessor de Gestão – 16/10/2026

PORTARIA N° 50.336, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração a pedido, de servidor efetivo."
Beatriz Freire da Silva – 01/10/2026

PORTARIA N° 50.337, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a exoneração a pedido, de servidor efetivo."
Elisabete Monteiro Cardoso – 28/09/2026

PORTARIA N° 50.338, de 15 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Alice Keiko Konishi – Período: 16/10/2026 a 14/11/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.339, de 15 de outubro de 2026.
"Concede licença-prêmio em gozo."
Solange Leite Duarte – Período: 15/10/2026 a 13/11/2026 (30 dias)

PORTARIA N° 50.340, de 15 de outubro de 2026.
"Concede afastamento em razão de falecimento em família."
Josefa Lucia dos Santos – 22/09/2026 a 28/09/2026 (5 dias)

PORTARIA N° 50.341, de 15 de outubro de 2026.
"Concede afastamento em razão de falecimento em família."
Julia Batista Cuba – 14/09/2026 e 15/09/2026 (2 dias)

PORTARIA N° 50.342, de 15 de outubro de 2026.
"Concede licença paternidade."
Jailton Lima Gonçalves – 07/09/2026 a 13/09/2026 (7 dias)

PORTARIA N° 50.343, de 15 de outubro de 2026.
"Dispõe sobre a concessão de licença maternidade."
Juliane Telles Gonçalves dos Santos – 27/09/2026 a 25/03/2027 (180 dias)

PORTARIA N° 50.344, de 15 de outubro de 2026.
"Determina Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da Portaria n° 49.232, de 16 de abril de 2026, a ser apurado pela comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Guarda Civil Municipal."

Ferraz de Vasconcelos, 16 de outubro de 2026
Secretaria de Administração – Divisão de Atos Oficiais

Secretaria de ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
EDITAL Nº 38/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO Nº 13.168/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA PARA MERENDA NAS FÉRIAS/RECESSO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. A pregoeira da Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos COMUNICA aos interessados que em atendimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-020433.989.26-6; TC-020607.989.26-6; TC-020693.989.26-1), fica SUSPENSA SINE DIE o presente certame licitatório. Maiores informações pelo telefone (11) 4674-7809.

Ferraz de Vasconcelos, 15 de outubro de 2026

Julia Ribeiro Gonçalves
Pregoeira

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 16/2026 – EDITAL RETIFICADO N° 29/2026 - PROCESSO Nº 25.268/2025 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DIVERSOS, MATERIAIS DE PREMIAÇÃO E UNIFORMES, NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS, COMPETIÇÕES, EVENTOS ESPORTIVOS, PROJETOS SOCIAIS E DEMAIS ATIVIDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA. O Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, **Sr. José Batista de Souza,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento no julgamento exarado pela Comissão Permanente de Licitações, faz saber que ADJUDICA e HOMOLOGA os objetos licitados em favor das empresas: INNOVARY FUTURE COMERCIAL – lote 02 e RICO ESPORTES LTDA – lotes 01, 03 e 04.

Ferraz de Vasconcelos, 15 de outubro de 2026

José Batista de Souza
Ordenador de Despesas
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos - Estado de São Paulo
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026

Processo Administrativo nº 13.973/2026

Execução de Emendas Impositivas Individuais – Art. 166, § 9º, da CRFB

Lei Orçamentária nº 3.642/2025

Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.598/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. Por este instrumento, as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 46.523.197/0001-44, neste ato representado pela Ordenadora de Despesas e Secretária Municipal de Assistência Social em Substituição, Sra. **ANA ACILDA ALVES DA SILVA**, doravante denominada **Administração Pública**, e do outro o **SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA**, com endereço na Rua Abilio Leite Guimarães Margaridas, Nº 35, Jardim São João, Ferraz de Vasconcelos - SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 58.477.555/0001-09, com sede na Rua Abilio Leite Guimarães Margaridas, Nº 35, Jardim São João, Ferraz de Vasconcelos – SP, neste ato representado(a) por sua Presidente Sra. Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira, inscrito no CPF sob o n° 152.517.228-00, portadora da cédula de identidade RG nº 23.196.313-0, doravante designada simplesmente **Organização da Sociedade Civil – OSC**, firmam a presente parceria, regendo-se pelo disposto na Lei Federal n° 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 5.869/2016, nas Leis Orçamentárias do Município de Ferraz de Vasconcelos, bem como nos respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Este instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar Impositiva do Poder Legislativo Federal n° 202650490001, número da programação: 351570720260002, indicada pelo Deputado Federal

Secretaria de ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rodrigo Gambale Vieira, para a **Organização da Sociedade Civil**, visando garantir o cumprimento do detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste instrumento, tendo como finalidade a aquisição de materiais, utensílios, equipamentos eletrônicos, mobiliários e artigos esportivos destinados as unidades dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (CJ Angelina I e II, CJ Margarida, CJ Santo Antônio e CJ São Luís), visando a melhoria da estrutura e da execução das atividades ofertadas. Sendo a execução realizada com recursos da PMFV/SMAS através da emenda parlamentar supramencionada, fazendo parte integrante deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Este instrumento envolve a transferência de recursos financeiros da **Administração Pública** para a **Organização da Sociedade Civil** prevista no Plano de Trabalho, anexo a este instrumento e parte integrante e indissociável dele.

3.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), o qual será repassado pelo Município na quantidade de 01 (Uma) parcela única.

3.3. Não será exigida contrapartida da **Organização da Sociedade Civil**, devendo o dispêndio dos recursos ser alinhado ao cumprimento das metas do Plano de Trabalho.

3.4. A despesa correrá à conta da seguinte classificação orçamentária, constante da Lei Orçamentária Anual vigente nº 3642/2025.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Este instrumento terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da **Organização da Sociedade Civil**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **Administração Pública** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

4.1.2. A vigência será prorrogada de ofício quando a **Administração Pública** der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

4.2. A eficácia deste instrumento, bem como a de eventuais termos aditivos, fica condicionada à publicação de seu extrato no Boletim Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. As despesas a serem custeadas com os recursos da parceria são aquelas decorrentes do Plano de Trabalho que integra este instrumento.

5.2. O repasse de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, em consonância com o cronograma de execução da **Organização da Sociedade Civil**, conforme Plano de Trabalho anexo a este instrumento.

5.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto desta parceria e cronograma constante no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES

6.1. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

6.1.1. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei Federal nº 13.019/2014, no seu regulamento e nos demais atos normativos aplicáveis;

6.1.2. Transferir à **Organização da Sociedade Civil** os recursos financeiros da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos constante do Plano de Trabalho, até a data limite de 31 de dezembro de 2026;

6.1.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **Organização da Sociedade Civil**;

6.1.4. Orientar a **Organização da Sociedade Civil** quanto à prestação de contas;

6.1.5. Analisar e julgar as contas apresentadas pela **Organização da Sociedade Civil**;

6.1.6. A **Administração Pública** poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da **Organização da Sociedade Civil**, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **Organização da Sociedade Civil** até o momento em que a **Administração Pública** assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014.

6.2. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

6.2.1. Executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei Federal n° 13.019/2014, no seu regulamento e nos demais atos normativos aplicáveis;

6.2.2. Responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequação e execução do objeto da parceria, desde que não seja obrigação da **Administração Pública**;

6.2.3. Apresentar à **Administração Pública** comprovante de abertura da conta bancária específica, destinada a receber os recursos da parceria, mantendo-os e movimentando-os exclusivamente nela;

6.2.4. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

6.2.5. Na realização das compras e contratações de bens e serviços, deve-se observar o regulamento interno de compras da entidade e adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

6.2.5.1. Conforme dispõe o inciso XX do art. 26 do Decreto Municipal nº 5.869/2016, nas compras ou contratações de serviços cujos valores ultrapassarem R$ 1.000,00 (mil reais), deve-se realizar procedimento de cotação de preços com no mínimo três propostas, vedada a contratação com partes relacionadas aos dirigentes ou aos agentes públicos envolvidos na parceria;

6.2.6. Realizar a movimentação de recursos da parceria mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e realizar pagamentos por crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços;

6.2.7. Manter a escrituração contábil regular;

6.2.8. Solicitar à **Administração Pública**, se de seu interesse, remanejamentos de recursos e o uso dos rendimentos de ativos financeiros no objeto da parceria, indicando a consequente alteração no Plano de Trabalho, desde que ainda vigente este instrumento;

6.2.9. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;

6.2.10. Prestar contas;

6.2.11. Realizar a devolução de recursos quando receber notificação da **Administração Pública** com essa determinação;

6.2.12. Permitir o livre acesso dos agentes da **Administração Pública** aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto;

6.2.13. Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

6.2.14. Atender às instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aplicáveis às parcerias com organizações da sociedade civil custeadas por

emendas parlamentares, bem como as demais normas da Corte, especialmente as Instruções nº 1/2024;

6.2.15. Fica vedada a utilização dos recursos provenientes da indicação da emenda impositiva individual para finalidades adversas ao pactuado no Plano de Trabalho, bem como a destinação de recursos para pagamento de dívidas da **Organização da Sociedade Civil**, assim como para despesas alheias às atividades celebradas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR DA PARCERIA

7.1. A presente parceria terá como gestor(a), com poderes de controle e fiscalização, o Sr. Albert de Oliveira, matrícula funcional nº 14.399, designado por ato oficial da **Administração Pública**, publicado no Boletim Oficial do Município.

7.2. O gestor terá as seguintes responsabilidades:

7.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

7.2.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

7.2.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise de prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação referido em 6.1.3;

7.2.4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

7.2.5. Realizar visitas técnicas *in loco* durante a execução da parceria, registrando formalmente os resultados em relatório a ser juntado ao processo antes da liberação de cada parcela subsequente de recursos, confrontando o percentual de execução física verificado com os valores a serem liquidados, nos termos do art. 66, parágrafo único, I, da Lei nº 13.019/2014 e da diretriz XII do Comunicado GP TCESP nº 15/2026;

7.2.6. Atestar o recebimento definitivo do objeto somente após verificação presencial ou documental suficiente da entrega efetiva das atividades, bens ou serviços previstos no Plano de Trabalho, sendo vedado o atesto sem a correspondente conferência da execução física.

7.3. Será impedida de exercer a função de gestor da parceria pessoa que nos últimos 5 (cinco) anos tenha mantido relação jurídica com a **Organização da Sociedade Civil** parceira.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1. A Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias com o Terceiro Setor vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social será designada de acordo com o art. 39 do Decreto Municipal nº 5.869/2016, por ato oficial a ser publicado no Boletim Oficial do Município, e atuará em caráter preventivo e saneador, visando à padronização e ao aprimoramento dos procedimentos e à priorização do controle de resultados.

8.2. É de competência da Comissão referida em 8.1 a homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1. Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela **Administração Pública** são da titularidade da **Organização da Sociedade Civil** e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

9.2. Os bens patrimoniais deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da **Organização da Sociedade Civil** durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à **Administração Pública**. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.3. Fica a **Organização da Sociedade Civil** autorizada a realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada a sua utilidade para a realização ou a continuidade de ações de interesse social.

9.4. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a **Organização da Sociedade Civil**, observados os seguintes procedimentos: I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

9.5. Na hipótese de dissolução da **Organização da Sociedade Civil** durante a vigência da parceria, os bens remanescentes serão retirados pela **Administração Pública** no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução ou, alternativamente, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos será computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. A prestação de contas será um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, voltado à demonstração e verificação do cumprimento de metas e resultados, que observará o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, no seu respectivo regulamento municipal e nas demais normativas aplicáveis.

10.2. A prestação de contas final consistirá na apresentação, pela **Organização da Sociedade Civil**, do relatório do objeto, no prazo de **90 (noventa) dias** a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

10.2.1. O relatório de execução do objeto deverá conter:

10.2.1.1. Descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;

10.2.1.2. Comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como lista de presença, fotos, documentos, vídeos e outros suportes.

10.3. Caso haja a conclusão de que o objeto não foi cumprido ou caso haja indícios de irregularidades que possam ter gerado danos ao erário, a **Organização da Sociedade Civil** será notificada para apresentar, em até 60 (sessenta) dias, relatório de execução financeira, que conterá:

10.3.1. Relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do Plano de Trabalho;

10.3.2. Relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

10.3.3. Extrato de conta bancária específica, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

10.3.4. Cópias simples das notas e dos comprovantes fiscais, com data, valores, dados da **Organização da Sociedade Civil** e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço; e

10.3.5. Memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do Plano de Trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de algum item.

10.4. A análise da prestação de contas final ocorrerá no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de sua apresentação:

10.4.1. Do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou

10.4.2. Do relatório de execução financeira, quando houver.

10.5. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

10.6. O transcurso do prazo sem que as contas tenham sido apreciadas não impede que a **Organização da Sociedade Civil** participe de chamamentos públicos ou celebre novas parcerias, nem implica impossibilidade de sua apreciação em data

posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas ao ressarcimento do erário.

10.7. O julgamento final das contas considerará o conjunto de documentos sobre a execução e o monitoramento da parceria, bem como o parecer técnico conclusivo.

10.8. A decisão final de julgamento das contas será de "aprovação das contas", "aprovação das contas com ressalvas" ou "rejeição das contas", com instauração da tomada de contas especial.

10.9. A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos os objetivos e metas de parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta que não resulte em danos ao erário.

10.10. A rejeição das contas ocorrerá quando comprovada omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado do objeto da parceria; danos ao erário decorrentes de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.11. A **Organização da Sociedade Civil** poderá apresentar recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias após sua notificação quanto à decisão final de julgamento das contas.

10.12. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso à autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. A execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este instrumento e com o disposto na Lei Federal 13.019/2014, no regulamento municipal e demais disposições normativas aplicáveis pode ensejar aplicação à **Organização da Sociedade Civil**, garantida prévia defesa, das seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de

governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; ou

11.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

11.2. É facultada a defesa do interessado antes da aplicação da sanção, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento de notificação com essa finalidade.

11.3. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela **Organização da Sociedade Civil** no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

11.4. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a **Administração Pública**.

11.5. A sanção de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público e celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Secretaria Municipal de Assistência Social;

11.6. A reabilitação será concedida sempre que a **Organização da Sociedade Civil** ressarcir a **Administração Pública** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

11.7. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do responsável pela Unidade Gestora, a Sra. Secretária Municipal de Assistência Social em Substituição Ana Acilda Alves da Silva, conforme o art. 71, § 5º, I, do Decreto Municipal 5.869/2016.

11.8. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da **Administração Pública** destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas, sendo interrompida a prescrição com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração, conforme o art. 73, §§ 2º e 3º, da Lei Federal 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O presente Termo será extinto:

12.1.1. Pelo término do prazo, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

12.1.2. Por consenso, antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

12.1.3. Por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

12.1.4. Por rescisão unilateral da parceria, conforme previsto em 12.3.

12.2. Os partícipes são responsáveis somente pelas obrigações do período em que efetivamente vigorou a parceria.

12.3. A **Administração Pública** poderá rescindir unilateralmente este instrumento quando houver inexecução do objeto ou descumprimento do disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e/ou no seu regulamento, e que implicar prejuízo ao interesse público, garantida à **Organização da Sociedade Civil** a oportunidade de defesa.

12.4. A rescisão enseja imediata adoção das medidas cabíveis ao caso concreto, tais como a aplicação de sanções previstas neste instrumento, a notificação para devolução de recursos e a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, conforme a peculiaridade dos fatos que causaram a necessidade de rescisão.

12.5. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo, a **Organização da Sociedade Civil** deverá restituir os saldos financeiros

remanescentes no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de tomada de contas especial do responsável.

12.5.1. Os valores a serem restituídos pela **Organização da Sociedade Civil** serão apurados com correção monetária e juros, calculados de acordo com o índice oficial adotado pela **Administração Pública**.

12.5.1.1. Nos casos em que for constatado dolo da **Organização da Sociedade Civil** ou de seus dirigentes e prepostos, os juros serão calculados a partir das respectivas datas de liberação de cada parcela dos recursos, sem desconto de eventual período de inércia da **Administração Pública** na análise da prestação de contas; e

12.5.1.2. Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

12.5.1.2.1. Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da **Organização da Sociedade Civil** para restituição dos valores, quando a notificação tiver ocorrido no curso da execução da parceria; ou

12.5.1.2.2. Do término da vigência da parceria, quando não tiver havido notificação prévia nos termos da subcláusula anterior, descontando-se desse marco o período em que a **Administração Pública** tiver permanecido inerte em relação ao prazo que lhe compete para análise e manifestação conclusiva sobre a prestação de contas.

12.5.2. Para os efeitos da subcláusula anterior, será aplicável a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente até o último dia do mês anterior ao do efetivo pagamento, vedada a cumulação com qualquer outra taxa ou encargo de natureza moratória sobre o mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

13.1. Para fins de execução deste Termo, a **Administração Pública** e a **Organização da Sociedade Civil** obrigam-se a cumprir e a manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados

(LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

13.2. Em relação à LGPD, cada partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

13.3. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

13.4. Caso um dos partícipes seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o partícipe notificado deverá, imediatamente, comunicar ao outro partícipe.

13.5. A **Administração Pública** e a **Organização da Sociedade Civil** se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do partícipe, mediante a anonimização dos dados.

13.6. A **Organização da Sociedade Civil** somente poderá tratar dados pessoais de beneficiários e usuários dos serviços objeto desta parceria para as finalidades diretamente relacionadas à sua execução, vedado o uso para finalidades diversas,

inclusive para fins comerciais, publicitários ou qualquer outro não previsto neste instrumento.

13.7. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeita o partícipe infrator às sanções administrativas previstas na LGPD, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos causados aos titulares dos dados e às demais providências cabíveis no âmbito deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Nos casos em que não for possível a solução administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos decorrentes da parceria.

14.2. E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026.

PRISCILA CONCEIÇÃO GAMBALE VIEIRA MATOS
PREFEITA

ANA ACILDA ALVES DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SUBSTITUIÇÃO

SIRLENE APARECIDA CAMPOS DE BRITO OLIVEIRA
PRESIDENTE DO SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

TESTEMUNHA 1 347.863.378-71

TESTEMUNHA 2 478.021.858-66

ANEXO: RP-09 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE FOMENTO)

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N°(DE ORIGEM): 001/2026

OBJETO: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 06 A 17 ANOS – SCFV –CA.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R$ 100.000,00

EXERCÍCIO (1): 2026

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**

a. o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d. as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, bem como dos interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s).

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;

c. Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;

d. A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Priscila Conceição Gambale Vieira Matos

Cargo: Prefeita

CPF: 342.770.938-84

ORDENADORA DE DESPESA EM SUBSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: ANA ACILDA ALVES DA SILVA

Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social em Substituição

CPF: 174.670.938-37

Assinatura: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: ANA ACILDA ALVES DA SILVA

Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social em Substituição

CPF: 174.670.938-37

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Assinatura: _____

ANEXO: PC-02 - TERMO DE CONSENTIMENTO
(CONTAS BANCÁRIAS)

ENTIDADE: SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Pelo presente TERMO, nós abaixo identificados

1. **AUTORIZAMOS de forma expressa:**
   - Que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acesse, de forma direta junto às instituições financeiras de qualquer espécie, os dados de movimentação e saldo das contas bancárias, atreladas ao contrato de prestação de serviços bancários, de todos os CNPJs vinculados a este órgão, com as seguintes identificações: Banco do Brasil da Agência Mantenedora 7021-1; das Contas Corrente: 43.244-X, 29.732-1 e 35.053-2.
2. **ESTAMOS CIENTES:**
   - Que o TCESP terá acesso somente aos dados das contas de recursos públicos, privando-se a utilização dessas informações para os fins da atividade constitucional de controle externo;
   - Que o TCESP utilizará os dados dispostos neste instrumento nos termos de seus normativos internos que regulam o uso deste tipo de informação e dentro dos seus objetivos institucionais previstos em lei; e,
   - Que em razão da natureza dos dados, as Partes se obrigam a manter sigilo sobre as respectivas informações, bem como as demais ações realizadas em sua execução, a contar da data de assinatura do presente instrumento, perdurando por prazo indeterminado.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026.

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Assinatura:_____

ANEXO: LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

CNPJ N°: 46.523.197/0001-44

CONTRATADA: SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ N°: 58.477.555/0001-09

DATA DA ASSINATURA: 28 de setembro de 2026

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

OBJETO: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 06 A 17 ANOS – SCFV –CA.

VALOR (R$): 100.000,00 (cem mil reais)

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026.

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Assinatura:_____

TERMO DE FOMENTO Nº 02/2026

Processo Administrativo nº 13.975/2026

Execução de Emendas Impositivas Individuais – Art. 166, § 9º, da CRFB

Lei Orçamentária nº 3.642/2025

Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.598/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. Por este instrumento, as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 46.523.197/0001-44, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas e Secretário Municipal de Assistência Social Em Substituição, Sra. **ANA ACILDA ALVES DA SILVA**, doravante denominada **Administração Pública**, e do outro o **SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA**, com endereço na Rua Abilio Leite Guimarães Margaridas, Nº 35, Jardim São João, Ferraz de Vasconcelos - SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 58.477.555/0001-09, com sede na Rua Abilio Leite Guimarães Margaridas, Nº 35, Jardim São João, Ferraz de Vasconcelos – SP, neste ato representado(a) por sua Presidente Sra. Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira, inscrito no CPF sob o n° 152.517.228-00, portadora da cédula de identidade RG nº 23.196.313-0, doravante designada simplesmente **Organização da Sociedade Civil – OSC**, firmam a presente parceria, regendo-se pelo disposto na Lei Federal n° 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 5.869/2016, nas Leis Orçamentárias do Município de Ferraz de Vasconcelos, bem como nos respectivos regulamentos e demais atos normativos aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Este instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar Impositiva do Poder Legislativo Federal n° 202650490001, número da programação: 351570720260001, indicada pelo Deputado Federal Rodrigo Gambale Vieira, para a **Organização da Sociedade Civil**, visando garantir o

cumprimento do detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste instrumento, tendo como finalidade o pagamento e/ou complemento no custeio das despesas necessárias para continuidade da oferta dos serviços, incluindo pagamento de educadores, oficineiros, serviços de terceiros, despesas com concessionárias de utilidade pública, aquisição de materiais de consumo, gêneros alimentício e demais despesas institucionais relacionadas a execução das atividades socioassistenciais destinados as unidades dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (CJ Angelina I e II, CJ Margarida, CJ Santo Antônio e CJ São Luís), visando a melhoria da estrutura e da execução das atividades ofertadas. Sendo a execução realizada com recursos da PMFV/SMAS através da emenda parlamentar supramencionada, fazendo parte integrante deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Este instrumento envolve a transferência de recursos financeiros da **Administração Pública** para a **Organização da Sociedade Civil** prevista no Plano de Trabalho, anexo a este instrumento e parte integrante e indissociável dele.

3.2. O valor global dos recursos públicos da parceria é de R$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais), o qual será repassado pelo Município na quantidade de 01 (Uma) parcela única.

3.3. Não será exigida contrapartida da **Organização da Sociedade Civil**, devendo o dispêndio dos recursos ser alinhado ao cumprimento das metas do Plano de Trabalho.

3.4. A despesa correrá à conta da seguinte classificação orçamentária, constante da Lei Orçamentária Anual vigente nº 3642/2025.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Este instrumento terá vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da **Organização da Sociedade Civil**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **Administração Pública** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

4.1.2. A vigência será prorrogada de ofício quando a **Administração Pública** der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

4.2. A eficácia deste instrumento, bem como a de eventuais termos aditivos, fica condicionada à publicação de seu extrato no Boletim Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. As despesas a serem custeadas com os recursos da parceria são aquelas decorrentes do Plano de Trabalho que integra este instrumento.

5.2. O repasse de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, em consonância com o cronograma de execução da **Organização da Sociedade Civil**, conforme Plano de Trabalho anexo a este instrumento.

5.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto desta parceria e cronograma constante no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES

6.1. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

6.1.1. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei Federal nº 13.019/2014, no seu regulamento e nos demais atos normativos aplicáveis;

6.1.2. Transferir à **Organização da Sociedade Civil** os recursos financeiros da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos constante do Plano de Trabalho, até a data limite de 31 de dezembro de 2026;

6.1.3. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **Organização da Sociedade Civil**;

6.1.4. Orientar a **Organização da Sociedade Civil** quanto à prestação de contas;

6.1.5. Analisar e julgar as contas apresentadas pela **Organização da Sociedade Civil**;

6.1.6. A **Administração Pública** poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da **Organização da Sociedade Civil**, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **Organização da Sociedade Civil** até o momento em que a **Administração Pública** assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014.

6.2. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

6.2.1. Executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei Federal n° 13.019/2014, no seu regulamento e nos demais atos normativos aplicáveis;

6.2.2. Responsabilizar-se por todas as providências necessárias à adequação e execução do objeto da parceria, desde que não seja obrigação da **Administração Pública**;

6.2.3. Apresentar à **Administração Pública** comprovante de abertura da conta bancária específica, destinada a receber os recursos da parceria, mantendo-os e movimentando-os exclusivamente nela;

6.2.4. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

6.2.5. Na realização das compras e contratações de bens e serviços, deve-se observar o regulamento interno de compras da entidade e adotar métodos usualmente utilizados pelo setor privado, zelando pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;

6.2.5.1. Conforme dispõe o inciso XX do art. 26 do Decreto Municipal nº 5.869/2016, nas compras ou contratações de serviços cujos valores ultrapassarem R$ 1.000,00 (mil reais), deve-se realizar procedimento de cotação de preços com no mínimo três propostas, vedada a contratação com partes relacionadas aos dirigentes ou aos agentes públicos envolvidos na parceria;

6.2.6. Realizar a movimentação de recursos da parceria mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e realizar pagamentos por crédito na conta bancária dos fornecedores e prestadores de serviços;

6.2.7. Manter a escrituração contábil regular;

6.2.8. Solicitar à **Administração Pública**, se de seu interesse, remanejamentos de recursos e o uso dos rendimentos de ativos financeiros no objeto da parceria, indicando a consequente alteração no Plano de Trabalho, desde que ainda vigente este instrumento;

6.2.9. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;

6.2.10. Prestar contas;

6.2.11. Realizar a devolução de recursos quando receber notificação da **Administração Pública** com essa determinação;

6.2.12. Permitir o livre acesso dos agentes da **Administração Pública** aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto;

6.2.13. Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

6.2.14. Atender às instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aplicáveis às parcerias com organizações da sociedade civil custeadas por emendas parlamentares, bem como as demais normas da Corte, especialmente as Instruções nº 1/2024;

6.2.15. Fica vedada a utilização dos recursos provenientes da indicação da emenda impositiva individual para finalidades adversas ao pactuado no Plano de Trabalho, bem como a destinação de recursos para pagamento de dívidas da **Organização da Sociedade Civil**, assim como para despesas alheias às atividades celebradas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR DA PARCERIA

7.1. A presente parceria terá como gestor(a), com poderes de controle e fiscalização, o Sr. Albert de Oliveira, matrícula funcional nº 14.399, designado por ato oficial da **Administração Pública**, publicado no Boletim Oficial do Município.

7.2. O gestor terá as seguintes responsabilidades:

7.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

7.2.2. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

7.2.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise de prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação referido em 6.1.3;

7.2.4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

7.2.5. Realizar visitas técnicas *in loco* durante a execução da parceria, registrando formalmente os resultados em relatório a ser juntado ao processo antes da liberação de cada parcela subsequente de recursos, confrontando o percentual de execução física verificado com os valores a serem liquidados, nos termos do art. 66, parágrafo único, I, da Lei nº 13.019/2014 e da diretriz XII do Comunicado GP TCESP nº 15/2026;

7.2.6. Atestar o recebimento definitivo do objeto somente após verificação presencial ou documental suficiente da entrega efetiva das atividades, bens ou serviços previstos no Plano de Trabalho, sendo vedado o atesto sem a correspondente conferência da execução física.

7.3. Será impedida de exercer a função de gestor da parceria pessoa que nos últimos 5 (cinco) anos tenha mantido relação jurídica com a **Organização da Sociedade Civil** parceira.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1. A Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias com o Terceiro Setor vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social será designada de acordo com o art. 39 do Decreto Municipal nº 5.869/2016, por ato oficial a ser publicado no Boletim Oficial do Município, e atuará em caráter preventivo e saneador, visando à padronização e ao aprimoramento dos procedimentos e à priorização do controle de resultados.

8.2. É de competência da Comissão referida em 8.1 a homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

9.1. Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela **Administração Pública** são da titularidade da **Organização da Sociedade Civil** e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

9.2. Os bens patrimoniais deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da **Organização da Sociedade Civil** durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à **Administração Pública**. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.3. Fica a **Organização da Sociedade Civil** autorizada a realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada a sua utilidade para a realização ou a continuidade de ações de interesse social.

9.4. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a **Organização da Sociedade Civil**, observados os seguintes procedimentos: I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

9.5. Na hipótese de dissolução da **Organização da Sociedade Civil** durante a vigência da parceria, os bens remanescentes serão retirados pela **Administração Pública** no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução ou, alternativamente, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos será computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. A prestação de contas será um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, voltado à demonstração e verificação do cumprimento de metas e resultados, que observará o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, no seu respectivo regulamento municipal e nas demais normativas aplicáveis.

10.2. A prestação de contas final consistirá na apresentação, pela **Organização da Sociedade Civil**, do relatório do objeto, no prazo de **90 (noventa) dias** a partir do

término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

10.2.1. O relatório de execução do objeto deverá conter:

10.2.1.1. Descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados;

10.2.1.2. Comprovação do cumprimento do objeto, por documentos como lista de presença, fotos, documentos, vídeos e outros suportes.

10.3. Caso haja a conclusão de que o objeto não foi cumprido ou caso haja indícios de irregularidades que possam ter gerado danos ao erário, a **Organização da Sociedade Civil** será notificada para apresentar, em até 60 (sessenta) dias, relatório de execução financeira, que conterá:

10.3.1. Relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do Plano de Trabalho;

10.3.2. Relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

10.3.3. Extrato de conta bancária específica, salvo quando já disponível na plataforma eletrônica de processamento da parceria;

10.3.4. Cópias simples das notas e dos comprovantes fiscais, com data, valores, dados da **Organização da Sociedade Civil** e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço; e

10.3.5. Memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do Plano de Trabalho for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de algum item.

10.4. A análise da prestação de contas final ocorrerá no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de sua apresentação:

10.4.1. Do relatório de execução do objeto, quando não for necessária a apresentação de relatório de execução financeira; ou

10.4.2. Do relatório de execução financeira, quando houver.

10.5. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

10.6. O transcurso do prazo sem que as contas tenham sido apreciadas não impede que a **Organização da Sociedade Civil** participe de chamamentos públicos ou celebre novas parcerias, nem implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas ao ressarcimento do erário.

10.7. O julgamento final das contas considerará o conjunto de documentos sobre a execução e o monitoramento da parceria, bem como o parecer técnico conclusivo.

10.8. A decisão final de julgamento das contas será de "aprovação das contas", "aprovação das contas com ressalvas" ou "rejeição das contas", com instauração da tomada de contas especial.

10.9. A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos os objetivos e metas de parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta que não resulte em danos ao erário.

10.10. A rejeição das contas ocorrerá quando comprovada omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado do objeto da parceria; danos ao erário decorrentes de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.11. A **Organização da Sociedade Civil** poderá apresentar recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias após sua notificação quanto à decisão final de julgamento das contas.

10.12. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso à autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. A execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este instrumento e com o disposto na Lei Federal 13.019/2014, no regulamento municipal

e demais disposições normativas aplicáveis pode ensejar aplicação à **Organização da Sociedade Civil**, garantida prévia defesa, das seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; ou

11.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

11.2. É facultada a defesa do interessado antes da aplicação da sanção, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento de notificação com essa finalidade.

11.3. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela **Organização da Sociedade Civil** no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

11.4. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a **Administração Pública**.

11.5. A sanção de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público e celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Secretaria Municipal de Assistência Social;

11.6. A reabilitação será concedida sempre que a **Organização da Sociedade Civil** ressarcir a **Administração Pública** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

11.7. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do responsável pela Unidade Gestora, a Sra. Secretária Municipal de Assistência Social em Substituição Ana Acilda Alves da Silva, conforme o art. 71, § 5º, I, do Decreto Municipal 5.869/2016.

11.8. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da **Administração Pública** destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas, sendo interrompida a prescrição com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração, conforme o art. 73, §§ 2º e 3º, da Lei Federal 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O presente Termo será extinto:

12.1.1. Pelo término do prazo, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

12.1.2. Por consenso, antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

12.1.3. Por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

12.1.4. Por rescisão unilateral da parceria, conforme previsto em 12.3.

12.2. Os partícipes são responsáveis somente pelas obrigações do período em que efetivamente vigorou a parceria.

12.3. A **Administração Pública** poderá rescindir unilateralmente este instrumento quando houver inexecução do objeto ou descumprimento do disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e/ou no seu regulamento, e que implicar prejuízo ao interesse público, garantida à **Organização da Sociedade Civil** a oportunidade de defesa.

12.4. A rescisão enseja imediata adoção das medidas cabíveis ao caso concreto, tais como a aplicação de sanções previstas neste instrumento, a notificação para devolução de recursos e a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, conforme a peculiaridade dos fatos que causaram a necessidade de rescisão.

12.5. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo, a **Organização da Sociedade Civil** deverá restituir os saldos financeiros remanescentes no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de tomada de contas especial do responsável.

12.5.1. Os valores a serem restituídos pela **Organização da Sociedade Civil** serão apurados com correção monetária e juros, calculados de acordo com o índice oficial adotado pela **Administração Pública**.

12.5.1.1. Nos casos em que for constatado dolo da **Organização da Sociedade Civil** ou de seus dirigentes e prepostos, os juros serão calculados a partir das respectivas datas de liberação de cada parcela dos recursos, sem desconto de eventual período de inércia da **Administração Pública** na análise da prestação de contas; e

12.5.1.2. Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

12.5.1.2.1. Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da **Organização da Sociedade Civil** para restituição dos valores, quando a notificação tiver ocorrido no curso da execução da parceria; ou

12.5.1.2.2. Do término da vigência da parceria, quando não tiver havido notificação prévia nos termos da subcláusula anterior, descontando-se desse marco o período em que a **Administração Pública** tiver permanecido inerte em relação ao prazo que lhe compete para análise e manifestação conclusiva sobre a prestação de contas.

12.5.2. Para os efeitos da subcláusula anterior, será aplicável a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente

até o último dia do mês anterior ao do efetivo pagamento, vedada a cumulação com qualquer outra taxa ou encargo de natureza moratória sobre o mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

13.1. Para fins de execução deste Termo, a **Administração Pública** e a **Organização da Sociedade Civil** obrigam-se a cumprir e a manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

13.2. Em relação à LGPD, cada partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

13.3. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

13.4. Caso um dos partícipes seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o partícipe notificado deverá, imediatamente, comunicar ao outro partícipe.

13.5. A **Administração Pública** e a **Organização da Sociedade Civil** se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus

arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do partícipe, mediante a anonimização dos dados.

13.6. A **Organização da Sociedade Civil** somente poderá tratar dados pessoais de beneficiários e usuários dos serviços objeto desta parceria para as finalidades diretamente relacionadas à sua execução, vedado o uso para finalidades diversas, inclusive para fins comerciais, publicitários ou qualquer outro não previsto neste instrumento.

13.7. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeita o partícipe infrator às sanções administrativas previstas na LGPD, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos causados aos titulares dos dados e às demais providências cabíveis no âmbito deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Nos casos em que não for possível a solução administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos decorrentes da parceria.

14.2. E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026.

PRISCILA CONCEIÇÃO GAMBALE VIEIRA MATOS

PREFEITA

ANA ACILDA ALVES DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SUBSTITUIÇÃO

SIRLENE APARECIDA CAMPOS DE BRITO OLIVEIRA

PRESIDENTE DO SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

TESTEMUNHA 1 347.861.378-71

TESTEMUNHA 2 478.021.858-66

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos - Estado de São Paulo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO: RP-09 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE FOMENTO)

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N°(DE ORIGEM): 002/2026

OBJETO: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 06 A 17 ANOS – SCFV –CA.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R$ 170.000,00

EXERCÍCIO (1): 2026

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**

a. o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d. as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, bem como dos interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s).

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;

c. Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;

d. A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: Priscila Conceição Gambale Vieira Matos

Cargo: Prefeita

CPF: 342.770.938-84

ORDENADORA DE DESPESA EM SUBSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: ANA ACILDA ALVES DA SILVA

Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social em Substituição

CPF: 174.670.938-37

Assinatura: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: ANA ACILDA ALVES DA SILVA

Cargo: Secretária Municipal de Assistência Social em Substituição

CPF: 174.670.938-37

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Assinatura: _____

ANEXO: PC-02 - TERMO DE CONSENTIMENTO
(CONTAS BANCÁRIAS)

ENTIDADE: SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Pelo presente TERMO, nós abaixo identificados

1. **AUTORIZAMOS de forma expressa:**
   - Que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acesse, de forma direta junto às instituições financeiras de qualquer espécie, os dados de movimentação e saldo das contas bancárias, atreladas ao contrato de prestação de serviços bancários, de todos os CNPJs vinculados a este órgão, com as seguintes identificações: Banco do Brasil da Agência Mantenedora 7021-1; das Contas Corrente: 43.244-X, 29.732-1 e 35.053-2.
2. **ESTAMOS CIENTES:**
   - Que o TCESP terá acesso somente aos dados das contas de recursos públicos, privando-se a utilização dessas informações para os fins da atividade constitucional de controle externo;
   - Que o TCESP utilizará os dados dispostos neste instrumento nos termos de seus normativos internos que regulam o uso deste tipo de informação e dentro dos seus objetivos institucionais previstos em lei; e,
   - Que em razão da natureza dos dados, as Partes se obrigam a manter sigilo sobre as respectivas informações, bem como as demais ações realizadas em sua execução, a contar da data de assinatura do presente instrumento, perdurando por prazo indeterminado.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026.

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Assinatura:_____

ANEXO: LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

CNPJ Nº: 46.523.197/0001-44

CONTRATADA: SERVIÇO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ Nº: 58.477.555/0001-09

DATA DA ASSINATURA: 28 de setembro de 2026

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

OBJETO: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 06 A 17 ANOS – SCFV –CA.

VALOR (R$): 170.000,00 (cento e setenta mil reais)

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Ferraz de Vasconcelos, 28 de setembro de 2026.

Nome: Sirlene Aparecida Campos de Brito Oliveira

Cargo: Presidente

CPF: 152.517.228-00

Assinatura: _____

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURIDICOS

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 15 OUTUBRO DE 2026.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 381, de 30 de junho de 2023, e à vista do contido no processo administrativo nº 13.275/2024,

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 19 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o qual compete aos órgãos de assessoramento jurídico auxiliar na elaboração de minutas de editais, contratos e outros documentos padronizados;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13 do Decreto Municipal nº 7.329, de 1º de julho de 2026, de acordo com o qual compete à Secretaria de Assuntos Jurídicos disciplinar os modelos de minutas de editais e a padronização de contratos;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações promovidas na versão nº 03 da minuta padronizada de contrato decorrente de pregão eletrônico ou concorrência eletrônica com objeto de aquisição de bens comuns ou especiais, com fornecimento contínuo ou por escopo.

Art. 2º O documento de que trata o artigo 1º será disponibilizado em endereço específico do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos, destinado aos instrumentos padronizados.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ALEXANDRE NUNES PROVISOR
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos - Estado de São Paulo

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº: 701/2026

INEXGIBILIDADE Nº 86/2026

CONTRATADA: GIANNE FORMIGA PEREIRA VALOR R$ 1.000,00 ASSINATURA: 08/10/2026

OBJETO:APRESENTAÇÃO MUSICAL A SER REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 30 (TRINTA) DIAS

MODALIDADE: Edital de Credenciamento Eletrônico nº 003/2025-SMCT.

CONTRATO Nº: 702/2026

INEXGIBILIDADE Nº 87/2026

CONTRATADA: CARLOS EDUARDO ASSIS DA SILVA VALOR R$ 2.000,00 ASSINATURA: 08/10/2026

OBJETO:APRESENTAÇÃO MUSICAL A SER REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 30 (TRINTA) DIAS

MODALIDADE: Edital de Credenciamento Eletrônico nº 003/2025-SMCT.

CONTRATO Nº: 703/2026

INEXGIBILIDADE Nº 88/2026

CONTRATADA: GIANNE FORMIGA PEREIRA VALOR R$ 2.000,00 ASSINATURA: 08/10/2026

OBJETO:APRESENTAÇÃO MUSICAL A SER REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 30 (TRINTA) DIAS

MODALIDADE: Edital de Credenciamento Eletrônico nº 003/2025-SMCT.

CONTRATO Nº: 704/2026

INEXGIBILIDADE Nº 89/2026

CONTRATADA: ANDERSON CELSO DE CARVALHO VALOR R$ 6.000,00 ASSINATURA: 08/10/2026

OBJETO:APRESENTAÇÃO MUSICAL A SER REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 30 (TRINTA) DIAS

MODALIDADE: Edital de Credenciamento Eletrônico nº 003/2025-SMCT.

Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos - Estado de São Paulo

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

CONTRATO Nº: 705/2026

INEXGIBILIDADE Nº 90/2026

CONTRATADA: GIANNE FORMIGA PEREIRA VALOR R$ 1.000,00 ASSINATURA: 08/10/2026

OBJETO:APRESENTAÇÃO MUSICAL A SER REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 30 (TRINTA) DIAS

MODALIDADE: Edital de Credenciamento Eletrônico nº 003/2025-SMCT.

CONTRATO Nº: 706/2026

INEXGIBILIDADE Nº 91/2026

CONTRATADA: NELTER JOSÉ CORREA VALOR R$ 2.000,00 ASSINATURA: 08/10/2026

OBJETO: APRESENTAÇÃO MUSICAL A SER REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 30 (TRINTA) DIAS

MODALIDADE: Edital de Credenciamento Eletrônico nº 003/2025-SMCT.

CONTRATO Nº: 707/2026

INEXGIBILIDADE Nº 92/2026

CONTRATADA: PRISCILA MELITTIO AREÃO NUNES VALOR R$ 500,00 ASSINATURA: 08/10/2026

OBJETO:APRESENTAÇÃO MUSICAL A SER REALIZADA NO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 30 (TRINTA) DIAS

MODALIDADE: Edital de Credenciamento Eletrônico nº 003/2025-SMCT.

Secretaria de CULTURA E TURISMO

SECRETARIA DE SAÚDE

PROCESSO: 18357/2026– LTA (LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO) - JULIANA CAVALCANTE DOS SANTOS LTDA D' LÓTUS LOUNGE BAR- CNPJ. 66.403.972/0001-35- CNAE 4729-6/01 – DEFERIMENTO 24/09/2026

PROCESSO: 16329/2025– LTA (LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO) - PÃO DE OURO DE FERRAZ LTDA GOLD PAN - CNPJ. 13.027.477/0001-025- CNAE 1091-1/01 – DEFERIMENTO 10/09/2026

PROCESSO: 20321/2026– LICENÇA SANITÁRIA INICIAL - JULIANA CAVALCANTE DOS SANTOS LTDA D' LÓTUS LOUNGE BAR- CNPJ. 66.403.972/0001-35- CNAE 4729-6/01 – 00 CEVS: 351570703- 472-000178-1-7 DEFERIMENTO 09/10/2026

PROCESSO: 10326/2026– ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS / BAIXA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS – UBS VILA SNATO ANTONIO – CNPJ: 46.523.197/0001-44- CNAE 8630-5/04 - RESPONSÁVEL TÉCNICO SUBSTITUTO VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS CRO/SP 136954 CEVS: 351570703-863-000294-1-6 - DEFERIMENTO 10/10/2026.

PROCESSO: 10327/2026– ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS / BAIXA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS – UBS VILA SNATO ANTONIO – CNPJ: 46.523.197/0001-44- CNAE 8630-5/04 - RESPONSÁVEL TÉCNICO PRINCIPAL VALÉRIA DA SILVA OLIVEIRA CRO/SP 137030 CEVS: 351570703-863-000294-1-6 - DEFERIMENTO 10/10/2026.

PROCESSO: 17564/2026- LAVRATURA DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NA CATEGORIA DE MULTA Nº 1325– ASSOCIAÇÃO DEUS BRILHA AQUI - CNPJ. 28.946.378/0002-82 – POR INCORRER EM INFRAÇÃO CONSIDERADA DE RISCO A SAÚDE PÚBLICA CONFORME AIF Nº 2636 – CIENCIA DO AUTUADO EM 05/10/2026. **O AUTUADO TERÁ O PRAZO DE 10 DIAS (DEZ DIAS), A PARTIR DA DATA DA CIÊNCIA PARA OFERECER RECURSO OU IMPUGNAÇÃO DO AIP DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

PROCESSO: 17565/2026- LAVRATURA DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NA CATEGORIA DE MULTA Nº 00040– CASA DE ACOLHIMENTO ARCA DA VISÃO DE DEUS - CNPJ. 58.531.796/0001-99 – POR INCORRER EM INFRAÇÃO CONSIDERADA DE RISCO A SAÚDE PÚBLICA CONFORME AIF Nº 2637 – CIENCIA DO AUTUADO EM 05/10/2026. **O AUTUADO TERÁ O PRAZO DE 10 DIAS (DEZ DIAS), A PARTIR DA DATA DA CIÊNCIA PARA OFERECER RECURSO OU IMPUGNAÇÃO DO AIP DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

ATOS DO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

- Estado de São Paulo –

ATO DA MESA Nº 108, DE 15/10/2026
"Altera o expediente nas dependências da Câmara Municipal, na data que especifica".
(Dia 28/10/26 Dia do Servidor Público, passando para o Dia 30/10/2026)

ATO DA MESA Nº 109, DE 15/10/2026
"Dispõe sobre a antecipação de Sessão Ordinária".
(Dia 29/10/2026 (quinta-feira), às 09h, a realização da Sessão Ordinária programada para o dia 02/11/2026 (segunda-feira) às 17h)

PORTARIA Nº 7004, DE 16/10/2026
"Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares em pecúnia".
(Éden Barbosa Pontes da Silva – Controlador Interno – 15 dias)

PORTARIA Nº 7005, DE 16/10/2026
"Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares em pecúnia e gozo".
(Any Caroline Moreira – Assessor Parlamentar – 15 dias a partir de 16/11/2026)

PORTARIA Nº 7005, DE 16/10/2026
"Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidora lotada em comissão".
(Thaina Lopes Pessoa, RG nº 38.XXX.XXX-7, Assessor Parlamentar – a partir de 16/10/26)

Ferraz de Vasconcelos, 16 de outubro de 2026.
Secretaria Administrativa

EXPEDIENTE

SECRETARIAS

ADMINISTRAÇÃO
4674 -7813

ASSISTÊNCIA SOCIAL
4674 -1393

ASSUNTOS JURÍDICOS
4674 -7820

COMUNICAÇÃO SOCIAL
99802-3809 (Só WhatsApp)

CULTURA E TURISMO
4677-7238

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
4674 -7870

DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL, RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E FAVELAS
9 5284 - 8643

EDUCAÇÃO
4674-7902 | 4674 -7906

ESPORTE E LAZER
4679-5940

FAZENDA
4674 -7826 | 4674 -7831

GOVERNO
4674-7855

MEIO AMBIENTE, VERDE E PROTEÇÃO ANIMAL
4678-2275

OBRAS
4674-7800 ramal: 7811

PLANEJAMENTO URBANO
4674-7806

SAÚDE
4678-2717

SEGURANÇA URBANA
4679-4334

SERVIÇOS URBANOS
4679-6861

TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA
4674-4000

PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS

Rua Pedro Foschini, 200 - Vila Romanópolis
CEP: 08529-210
Telefone: 4674-7800
www.ferrazdevasconcelos.sp.gov.br

Boletim Oficial do Município (BOM)
Criado pela Lei nº 2.645 de 17/10/2005 e regulamentado pelo Decreto nº 5.894 de 16/02/2017

Secretário de Comunicação Social:
Lisandro Luis Frederico

Jornalista Responsável
Cristina Gomes MTB: 26.802/SP

Editor
João Vitor Carmona - MTB/SP nº 99078

Diagramador/Designer
Valberson Ricardo da Silva

Produção:
Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Edição Eletrônica
Unidade Fiscal do Município 2026
UFM R$ 146,75

TELEFONES ÚTEIS

Polícia Militar: 190
Guarda Civil Municipal: (11) 4677-3112
Samu: 192
Bombeiros: 193
Setor de Ambulância e Transporte Sanitário: (11) 4674-7860
Ouvidoria: (11) 4674-7839
Fundo Social: 4678-4018
Defesa Civil: 199
Vigilância Sanitária/Zoonoses: (11)4674-3458 e (11) 4676-6812
Iluminação Pública (GCL) : 0800 591 0459

Quer fazer um elogio, reclamação, denúncia ou sugestão sobre a conduta da Guarda Civil Municipal (GCM) entre em contato com a Ouvidoria da GCM, na Rua Dom João VI, 513, 1º andar, Jardim Ferrazense.

VISITE NOSSAS REDES SOCIAIS

@prefeituraferrazdevasconcelos
Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos
www.ferrazdevasconcelos.sp.gov.br